



# BRAGANÇA PAULISTA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA - SÃO PAULO

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Informática
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos e Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 01/2026 - EDITAL 3



### BÔNUS

ÁREA DO  
**CONCURSEIRO**

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

**41**  
**ANOS**  
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



# AVISO IMPORTANTE:



**Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.editorasolucao.com.br/>



# BRAGANÇA PAULISTA - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA  
PAULISTA - SÃO PAULO

Professor de Ensino  
Fundamental

**EDITAL N° 01/2026 - EDITAL 4**

CÓD: SL-058MA-26  
7908433297901

## Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos verbais .....	9
2. Identificação de informações explícitas e implícitas; tema, finalidade, ideia central e ideias secundárias do texto .....	12
3. Relações de sentido entre palavras, expressões, frases e parágrafos .....	15
4. Inferência de sentidos a partir do contexto .....	17
5. Coesão e coerência textual; recursos de referenciação, substituição e retomada de ideias no texto .....	18
6. Sentido de palavras e expressões no contexto; sinonímia, antonímia, denotação e conotação em situações de uso .....	22
7. Efeitos de sentido produzidos pela pontuação .....	23
8. Emprego das classes de palavras na construção do sentido do texto .....	30
9. Concordância verbal e nominal em situações contextualizadas .....	37
10. Regência verbal e nominal em situações contextualizadas .....	41
11. Emprego da crase em situações contextualizadas .....	45
12. Emprego e colocação de pronomes na construção textual .....	47
13. Reescrita de frases e trechos, com manutenção do sentido original .....	48
14. Adequação da linguagem à finalidade do texto e à situação comunicativa .....	50

## Matemática e Raciocínio lógico

1. Operações com números naturais, inteiros, racionais e decimais; frações, números decimais .....	57
2. Porcentagens .....	68
3. Razão e proporção .....	70
4. Regra de três simples .....	72
5. Média aritmética simples .....	72
6. Leitura e interpretação de tabelas e gráficos .....	73
7. Unidades de medida de comprimento, área, volume, massa, capacidade e tempo .....	80
8. Resolução de situações-problema .....	83
9. Sequências, padrões .....	86
10. Relações lógicas .....	88
11. Proposições simples .....	91
12. Raciocínio lógico aplicado a situações do cotidiano .....	98

## Informática

1. Noções de sistema operacional Windows; área de trabalho, janelas, pastas, arquivos, atalhos e organização de documentos digitais .....	105
2. Editor de textos: criação, edição, formatação, tabelas, impressão e salvamento de documentos .....	127
3. Planilhas eletrônicas: células, linhas, colunas, formatação, fórmulas simples, funções básicas, gráficos e organização de dados .....	141
4. Navegação na internet; pesquisa de informações .....	156
5. Correio eletrônico: envio, recebimento, anexos e organização de mensagens .....	161
6. Arquivos em PDF .....	164

1. Armazenamento em nuvem .....	164
2. Noções de segurança da informação; senhas, vírus, golpes digitais, proteção de dados e uso responsável de recursos digitais no ambiente de trabalho .....	165

## Conhecimentos Pedagógicos e Legislação Educacional

1. Educação como direito social.....	177
2. Princípios e fins da educação nacional; organização da educação básica; Ensino Fundamental; direito à aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes .....	180
3. Currículo, planejamento, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem .....	182
4. Proposta pedagógica da escola; projeto político-pedagógico.....	185
5. Plano de trabalho docente; planejamento e execução de aulas; especificidades das faixas etárias atendidas .....	187
6. Gestão democrática .....	190
7. Didática e organização do trabalho pedagógico .....	197
8. Relação professor, estudante, escola, família e comunidade .....	200
9. Desenvolvimento e aprendizagem; alfabetização, letramento e multiletramentos .....	203
10. Metodologias ativas e recursos didáticos; uso pedagógico de tecnologias digitais.....	206
11. Educação inclusiva; atendimento às diferenças e às necessidades educacionais dos estudantes; diversidade, equidade, direitos humanos e convivência escolar .....	209
12. Educação para as relações étnico-raciais.....	212
13. Proteção integral da criança e do adolescente .....	215
14. Horas de trabalho pedagógico, formação continuada e desenvolvimento profissional docente .....	219
15. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular — BNCC. Brasília: MEC, 2018 .....	221
16. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.....	259
17. BRAGANÇA PAULISTA. Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Rede Municipal de Ensino de Bragança Paulista .	279
18. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigos 205 a 214.....	279
19. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.....	282
20. BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira .....	322
21. BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.....	323
22. BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência .....	323
23. BRAGANÇA PAULISTA. Lei Complementar Municipal nº 457, de 23 de março de 2005. Institui o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Bragança Paulista.....	342

## Conhecimentos Específicos Professor de Ensino Fundamental

1. Ensino Fundamental: organização, finalidade e objetivos; anos iniciais do Ensino Fundamental .....	355
2. Alfabetização e letramento; aquisição do sistema de escrita alfabética; consciência fonológica; leitura, produção textual, oralidade e análise linguística em situações de uso.....	358
3. Gêneros textuais; práticas de linguagem .....	362
4. Ensino de Matemática nos anos iniciais: números, operações, resolução de problemas, pensamento algébrico, geometria, grandezas e medidas, probabilidade e estatística .....	370

---

## ÍNDICE

---

1. Ensino de Ciências da Natureza: vida e evolução, matéria e energia, Terra e Universo, ambiente, saúde e sustentabilidade.....	373
2. Ensino de História e Geografia: tempo, espaço, sociedade, cultura, memória, território, paisagem, lugar, natureza e relações sociais .....	374
3. Interdisciplinaridade e contextualização dos conhecimentos .....	378
4. Ludicidade, jogos, projetos e sequências didáticas .....	378
5. Planejamento de aulas e organização de rotinas pedagógicas .....	380
6. Avaliação diagnóstica, formativa e processual; acompanhamento das aprendizagens; estratégias de recuperação contínua; práticas pedagógicas inclusivas.....	382
7. Base Nacional Comum Curricular — BNCC.....	383
8. Currículo da Rede Municipal de Bragança Paulista .....	383



# LÍNGUA PORTUGUESA

## LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

### CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

#### ► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

#### ► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

#### ► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

**TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS**

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

**Características dos Textos Verbais:**

▪ **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.

▪ **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.

▪ **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

**Características dos Textos Não-Verbais:**

▪ **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.

▪ **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.

▪ **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

▪ **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.

▪ **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.

▪ **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

# MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

## OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E DECIMAIS; FRAÇÕES, NÚMEROS DECIMAIS

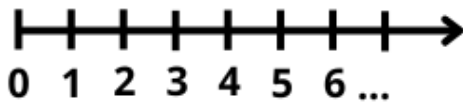
### CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ( $\mathbb{N}$ )

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra  $\mathbb{N}$  e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como  $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$  ou  $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$ : conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$ , em que  $n \in \mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$ , em que  $n \in \mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$ : conjunto dos números naturais primos.



#### Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

#### Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Ex.:  $6 + 4 = 10$ , onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

#### Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando  $a - b$  tal que  $a \geq b$ .

Exemplo:  $200 - 193 = 7$ , onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

#### Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo:  $3 \times 5 = 15$ , onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto. 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

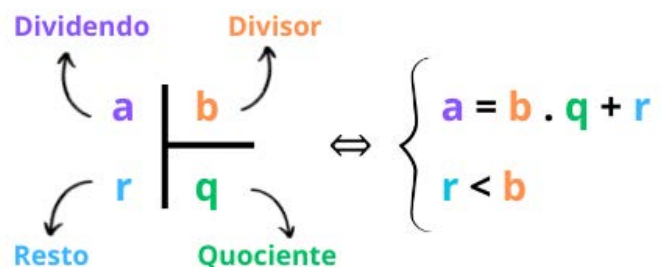
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação.

#### Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo:  $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo:  $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural  $n$  por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse  $q$ , então poderíamos escrever:  $n \div 0 = q$  e isto significaria que:  $n = 0 \times q = 0$  o que não é correto! Assim, a divisão de  $n$  por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

#### Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo  $a, b$  e  $c$  em  $\mathbb{N}$

- **Associativa da adição:**  $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:**  $a + b = b + a$

- **Elemento neutro da adição:**  $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:**  $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:**  $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:**  $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:**  $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:**  $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):  
 $5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
<b>João</b>	1750	2245
<b>Maria</b>	850	2320
<b>Nulos</b>	150	217
<b>Branços</b>	18	25
<b>Abstenções</b>	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona:  $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona:  $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois:  $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa:  $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa:  $450 \div 25 = 18.$

Resposta: A.

Exemplo 4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

Resolução:

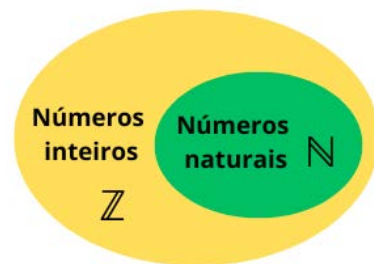
Divisão:  $32 \div 6 = 5$  grupos completos, com  $32 - (6 \times 5) = 2$  alunos sobrando.

Resposta: B.

### CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$



# INFORMÁTICA

## NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS; ÁREA DE TRABALHO, JANELAS, PASTAS, ARQUIVOS, ATALHOS E ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

### Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

### Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

### Instalação do Windows

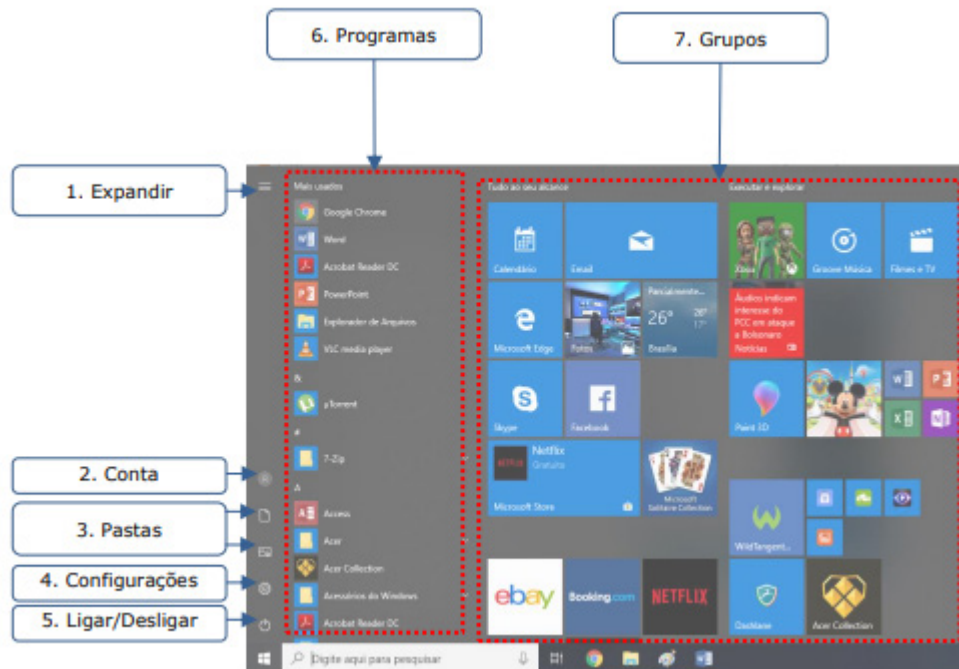
- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

### Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

#### Botão Iniciar

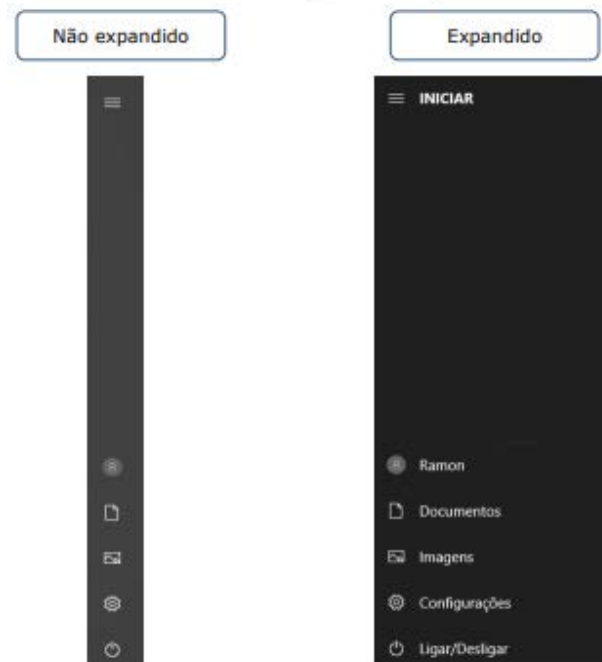
O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.

## AMOSTRA



Menu Iniciar

**Expandir**: botão utilizado para expandir os itens do menu.



Botão Expandir

**Conta**: apresenta opções para configurar a conta do usuário logado, bloquear ou deslogar. Em Alterar configurações da conta é possível modificar as informações do usuário, cadastrar contas de e-mail associadas, definir opções de entrada como senha, PIN ou Windows Hello, além de outras configurações.

# CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

## EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL

### A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal de 1988 incluiu expressamente a educação no rol dos direitos sociais. O art. 6º estabelece: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” Essa localização constitucional é extremamente relevante, pois demonstra que a educação não é uma liberalidade do Estado, nem simples benefício concedido conforme conveniência política. Trata-se de direito fundamental, dotado de proteção constitucional e de exigibilidade jurídica.

Os direitos sociais são direitos que exigem, em regra, prestações positivas do Estado. Enquanto alguns direitos de liberdade impõem principalmente uma abstenção estatal, como não censurar, não prender ilegalmente ou não violar a intimidade, os direitos sociais costumam exigir atuação concreta, planejamento, orçamento, estrutura administrativa, servidores, políticas públicas e serviços. No caso da educação, isso significa construir escolas, contratar e valorizar profissionais da educação, fornecer material didático, organizar transporte escolar, garantir alimentação escolar quando cabível, criar políticas de inclusão e assegurar condições de acesso e permanência dos estudantes.

A educação, porém, não pode ser compreendida apenas como prestação material. Ela também possui uma dimensão de liberdade. A Constituição protege a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Isso significa que o direito à educação envolve tanto o acesso à escola quanto a existência de um ambiente plural, democrático e intelectualmente livre. Uma educação constitucionalmente adequada não é mera instrução mecânica, mas processo de formação crítica, aberto ao pluralismo de ideias e vinculado aos valores democráticos.

Além do art. 6º, a Constituição desenvolve o tema nos arts. 205 a 214. O art. 205 é a base conceitual do direito à educação. O art. 206 apresenta os princípios do ensino. O art. 208 estabelece deveres específicos do Estado. O art. 211 trata da organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O art. 212 disciplina a aplicação mínima de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino. O art. 214 prevê o Plano Nacional de Educação, com objetivos como erradicação do analfabetismo, universalização do

atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Essa estrutura constitucional revela que a educação tem tratamento amplo e sistemático. A Constituição não apenas afirma genericamente que a educação é importante; ela impõe deveres, define princípios, estabelece competências, vincula receitas e orienta políticas públicas. Para concursos, esse ponto é muito relevante: a educação é direito social, mas também é matéria de organização federativa, financiamento público, controle judicial e planejamento estatal.

Outro aspecto importante é a dupla dimensão do direito à educação. De um lado, existe uma dimensão subjetiva: o indivíduo pode exigir do Estado o cumprimento de determinadas prestações educacionais, especialmente quando se trata de educação básica obrigatória. De outro lado, existe uma dimensão objetiva: a educação orienta a atuação do poder público, funcionando como valor constitucional que deve informar leis, políticas públicas, decisões administrativas e escolhas orçamentárias. Assim, o Estado não pode tratar a educação como tema secundário, pois ela ocupa posição prioritária no projeto constitucional brasileiro.

Em termos práticos, isso significa que a ausência de vagas na educação básica, a omissão na oferta de ensino obrigatório ou a discriminação no acesso à escola podem gerar responsabilização do poder público. O direito à educação, especialmente em sua dimensão essencial, não é mera promessa programática sem eficácia. A jurisprudência brasileira consolidou entendimento de que determinados aspectos do direito à educação possuem exigibilidade imediata, inclusive por meio de ações judiciais.

### DEVER DO ESTADO, DA FAMÍLIA E COLABORAÇÃO DA SOCIEDADE

A Constituição Federal afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Essa fórmula constitucional revela uma responsabilidade compartilhada, mas não autoriza o Estado a reduzir sua obrigação. Em outras palavras, o fato de a família também possuir dever educacional não significa que o poder público possa se omitir. O Estado continua sendo responsável por organizar, financiar, fiscalizar e garantir o sistema educacional, especialmente no que se refere à educação básica obrigatória e gratuita.

A família exerce papel fundamental no processo educativo. É no ambiente familiar que se desenvolvem as primeiras formas de socialização, linguagem, valores, hábitos e vínculos afetivos. A participação da família na vida escolar contribui para o rendimento do estudante, para a permanência na escola e para a formação integral da criança e do adolescente. Entretanto, a

Constituição não transfere à família a responsabilidade exclusiva pela educação formal. O dever familiar deve ser compreendido em harmonia com o dever estatal, não como substituição dele.

O Estado, por sua vez, deve garantir condições institucionais para que o direito à educação seja efetivado. Isso inclui a oferta de vagas, a estruturação de escolas, a definição de currículos compatíveis com as normas nacionais, a formação e valorização dos profissionais da educação, a garantia de acessibilidade, a inclusão de pessoas com deficiência, o fornecimento de transporte escolar quando necessário e a adoção de políticas de permanência. O dever estatal não se resume a abrir matrículas; ele envolve assegurar condições mínimas de qualidade, segurança e continuidade do processo educativo.

A colaboração da sociedade também é relevante. Ela pode ocorrer por meio de conselhos de educação, entidades comunitárias, organizações da sociedade civil, universidades, movimentos sociais, instituições religiosas, empresas, meios de comunicação e outras formas de participação social. Contudo, essa colaboração deve respeitar os princípios constitucionais do ensino, como pluralismo de ideias, liberdade de aprender e ensinar, igualdade de condições para acesso e permanência e garantia de padrão de qualidade. A sociedade colabora, mas não pode transformar a educação em instrumento de exclusão, discriminação ou violação de direitos fundamentais.

Um ponto importante para concursos é a relação entre educação e proteção integral de crianças e adolescentes. O art. 227 da Constituição estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, direitos como vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária. O dispositivo afirma: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação [...]”.

Essa absoluta prioridade reforça a obrigação do poder público de dar tratamento preferencial às políticas educacionais voltadas a crianças, adolescentes e jovens. A prioridade deve aparecer na formulação de políticas públicas, na destinação de recursos, na execução de programas e no atendimento administrativo. Portanto, quando se fala em direito à educação, especialmente na infância e adolescência, não se trata apenas de um interesse individual, mas de uma prioridade constitucional.

Também é necessário compreender que a educação envolve acesso e permanência. Não basta permitir que o estudante se matricule se o sistema não oferece condições para que ele continue frequentando a escola. Fatores como pobreza, distância, ausência de transporte, deficiência sem atendimento especializado, discriminação, violência escolar, trabalho infantil e falta de alimentação podem comprometer a permanência. Por isso, políticas educacionais devem dialogar com outras políticas sociais, como assistência social, saúde, transporte, segurança alimentar e proteção à infância.

A responsabilidade compartilhada, portanto, deve ser lida da seguinte forma: a família participa da formação e acompanha o desenvolvimento educacional; a sociedade colabora e fiscaliza; o Estado garante as condições jurídicas, materiais, administrativas e financeiras para a efetivação do direito. Em prova, cuidado com alternativas que afirmem que a educação é dever apenas do Estado, apenas da família ou apenas da sociedade. A resposta correta deve reconhecer a atuação conjunta, sem retirar do Estado sua obrigação central.

### PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO ENSINO

O art. 206 da Constituição Federal estabelece os princípios que orientam o ensino no Brasil. Esses princípios são fundamentais porque definem o conteúdo mínimo de uma educação compatível com o Estado Democrático de Direito. A educação constitucionalmente protegida não é qualquer forma de ensino, mas uma educação fundada na igualdade, na liberdade, no pluralismo, na gratuidade do ensino público, na valorização dos profissionais, na gestão democrática e na garantia de qualidade.

O art. 206 dispõe que o ensino será ministrado com base em diversos princípios. Entre eles, destaca-se a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Esse princípio é um dos mais cobrados em concursos, porque mostra que o direito à educação não se esgota na matrícula. O Estado deve combater barreiras que impeçam o estudante de chegar à escola e de permanecer nela. Assim, políticas de transporte escolar, alimentação, material didático, inclusão de pessoas com deficiência, combate à evasão escolar e enfrentamento de desigualdades regionais estão diretamente ligadas a esse princípio.

Outro princípio essencial é a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Essa liberdade protege o ambiente educacional contra censuras indevidas e imposições autoritárias. O processo educativo deve permitir investigação, debate, reflexão e circulação de ideias. Isso não significa ausência de regras pedagógicas ou curriculares, mas indica que a educação deve respeitar a liberdade intelectual e a formação crítica dos estudantes.

A Constituição também prevê o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. Esse princípio é muito importante em uma sociedade democrática, marcada por diversidade cultural, filosófica, religiosa, política e social. O pluralismo impede que o ensino seja reduzido a uma visão única de mundo. A escola deve ser espaço de convivência com diferenças, desenvolvimento do pensamento crítico e respeito à diversidade. Para concursos, é importante lembrar que pluralismo não significa desorganização pedagógica; significa abertura constitucional à diversidade de ideias e métodos, dentro dos limites legais e dos direitos fundamentais.

A “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” também é princípio constitucional. Isso significa que, nas instituições públicas oficiais, o ensino deve ser gratuito, observadas as normas constitucionais aplicáveis. A gratuidade é instrumento de igualdade, pois impede que a condição econômica seja barreira para o acesso à educação pública. Esse princípio tem especial relevância na educação básica, mas também se projeta sobre instituições públicas de ensino superior, conforme a organização do sistema educacional brasileiro.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**ENSINO FUNDAMENTAL: ORGANIZAÇÃO, FINALIDADE E OBJETIVOS; ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

## ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

### ► Estrutura geral do Ensino Fundamental na Educação Básica

O Ensino Fundamental é uma das etapas centrais da Educação Básica brasileira e tem como função organizar, ampliar e consolidar aprendizagens essenciais para a formação intelectual, social, cultural e cidadã dos estudantes. Ele sucede a Educação Infantil e antecede o Ensino Médio, ocupando uma posição estratégica na trajetória escolar, pois é nesse período que o aluno desenvolve capacidades fundamentais de leitura, escrita, cálculo, interpretação, convivência, pensamento crítico e compreensão progressiva da realidade social. Sua organização deve garantir continuidade ao processo educativo, respeitando as características do desenvolvimento infantil e juvenil, sem tratar a escolarização apenas como transmissão de conteúdos, mas como formação ampla do sujeito.

De acordo com a organização educacional brasileira, o Ensino Fundamental possui duração de nove anos e é obrigatório, compondo o núcleo essencial do direito à educação. A obrigatoriedade revela que essa etapa não é facultativa nem secundária, mas indispensável para assegurar condições mínimas de participação social. A escola, nesse contexto, deve oferecer um percurso formativo estruturado, coerente e progressivo, no qual os conhecimentos sejam trabalhados de modo articulado e adequado à idade dos estudantes.

### ► Duração, faixa etária e divisão interna

O Ensino Fundamental é organizado em nove anos de escolaridade, geralmente destinados a crianças e adolescentes a partir dos seis anos de idade. Essa duração ampliada busca garantir mais tempo pedagógico para o desenvolvimento das aprendizagens básicas, especialmente nos primeiros anos, quando se inicia de forma sistemática o processo de alfabetização. A entrada da criança no Ensino Fundamental representa uma transição importante, pois ela passa a vivenciar uma rotina escolar mais estruturada, com maior intencionalidade curricular, sem que isso signifique abandono das necessidades próprias da infância.

voltada ao acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. Nos anos iniciais, predomina uma abordagem mais integrada do conhecimento, muitas vezes com atuação de um professor regente responsável pela maior parte das áreas. Nos anos finais, há maior especialização dos componentes curriculares, com professores diferentes para áreas específicas do conhecimento.

### Organização por etapas de desenvolvimento

A organização do Ensino Fundamental deve considerar que os estudantes não aprendem todos da mesma maneira nem no mesmo ritmo. Por isso, a escola precisa estruturar práticas pedagógicas que respeitem as diferenças individuais, sociais, culturais e cognitivas. Nos anos iniciais, é essencial que a criança encontre um ambiente acolhedor, organizado e estimulante, capaz de articular brincadeiras, experiências concretas, linguagem oral, leitura, escrita, raciocínio lógico, exploração do espaço e convivência coletiva.

### ► Organização curricular e progressão das aprendizagens

A organização curricular do Ensino Fundamental deve garantir que os estudantes tenham acesso aos conhecimentos historicamente construídos, sem desconsiderar suas vivências, contextos e experiências. O currículo não pode ser entendido apenas como uma lista de conteúdos, mas como um conjunto de práticas, objetivos, habilidades, valores e experiências que orientam o trabalho pedagógico. Ele deve promover o desenvolvimento das diferentes dimensões do estudante, incluindo aspectos cognitivos, afetivos, sociais, físicos, éticos e culturais.

A progressão das aprendizagens é um elemento essencial dessa organização. Isso significa que os conteúdos e habilidades devem ser trabalhados de forma gradual, aumentando em complexidade ao longo dos anos escolares. Uma aprendizagem desenvolvida no início do Ensino Fundamental deve servir de base para aprendizagens posteriores. Por exemplo, a apropriação do sistema de escrita alfabética nos primeiros anos é condição importante para que o estudante consiga ler textos mais longos, interpretar informações, produzir argumentos e estudar conteúdos de diferentes áreas nos anos seguintes.

A escola precisa evitar tanto a antecipação excessiva de exigências quanto a repetição superficial de conteúdos. O adequado é construir um percurso progressivo, no qual o estudante seja desafiado dentro de suas possibilidades, recebendo apoio pedagógico sempre que apresentar dificuldades. A organização do Ensino Fundamental, portanto, deve combinar planejamento, acompanhamento, avaliação e intervenção, garantindo que a aprendizagem seja efetiva e não apenas formal.

► **Articulação entre Educação Infantil, anos iniciais e anos finais**

A passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental exige atenção especial. A criança que chega ao 1º ano não deixa de ser criança; por isso, a organização escolar deve preservar o acolhimento, o brincar, a oralidade, a imaginação, a interação e a exploração do mundo. A alfabetização é fundamental, mas não deve ser conduzida de maneira mecânica, rígida ou descontextualizada. Ela precisa estar vinculada a práticas reais de leitura e escrita, permitindo que a criança compreenda a função social da linguagem.

Também é importante assegurar continuidade entre os anos iniciais e os anos finais. Muitas dificuldades escolares surgem quando a transição para o 6º ano ocorre de forma brusca, com aumento repentino de professores, disciplinas, tarefas e exigências de autonomia. Por isso, a organização do Ensino Fundamental deve prever ações de integração, comunicação entre professores e acompanhamento dos estudantes ao longo de todo o percurso.

**FINALIDADE E OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

► **Finalidade formativa do Ensino Fundamental**

O Ensino Fundamental tem como finalidade assegurar ao estudante uma formação básica indispensável para sua vida pessoal, social e escolar. Essa etapa não se limita ao ensino de conteúdos isolados, pois sua função é promover o desenvolvimento amplo do educando, possibilitando que ele compreenda melhor a si mesmo, aos outros, à sociedade e ao mundo em que vive. Trata-se de uma fase em que a escola deve garantir condições para que a criança e o adolescente desenvolvam capacidades intelectuais, comunicativas, sociais, éticas e culturais, sempre de maneira progressiva e adequada ao seu nível de desenvolvimento.

A finalidade do Ensino Fundamental está diretamente ligada à consolidação do direito à educação. Ao frequentar essa etapa, o estudante deve ter acesso a conhecimentos essenciais, experiências significativas de aprendizagem e práticas educativas que favoreçam sua autonomia. Isso significa que a escola precisa organizar situações em que o aluno aprenda a ler, escrever, calcular, interpretar, argumentar, conviver, respeitar diferenças e participar da vida coletiva. Assim, o Ensino Fundamental contribui para a formação de sujeitos capazes de atuar de forma consciente e responsável em diferentes espaços sociais.

► **Desenvolvimento da capacidade de aprender**

Um dos objetivos centrais do Ensino Fundamental é desenvolver a capacidade de aprender. Essa expressão envolve mais do que memorizar informações ou repetir procedimentos. Aprender significa construir conhecimentos, relacionar ideias, resolver problemas, formular perguntas, buscar respostas e aplicar o que foi estudado em situações variadas. Por isso, o trabalho pedagógico deve favorecer a curiosidade, a investigação, a leitura, a escuta, o diálogo e a reflexão.

Nos anos iniciais, esse objetivo aparece de modo muito evidente no processo de alfabetização e letramento. A criança precisa se apropriar do sistema de escrita, mas também compreender os usos sociais da leitura e da escrita. Ler não é apenas decodificar letras; é atribuir sentido ao texto. Escrever não é apenas copiar palavras; é organizar ideias para comunicar algo. Da mesma forma, aprender matemática não se resume a decorar operações, mas envolve compreender quantidades, relações, medidas, formas, regularidades e estratégias de resolução de problemas.

**Aprender a aprender como objetivo escolar**

A escola deve ajudar o estudante a desenvolver hábitos e atitudes que favoreçam sua aprendizagem ao longo da vida. Isso inclui atenção, persistência, organização, responsabilidade, cooperação e abertura para rever erros. O erro, nesse contexto, não deve ser tratado apenas como falha, mas como elemento que permite ao professor compreender o percurso do aluno e propor intervenções adequadas.

► **Formação para a cidadania e convivência social**

Outra finalidade essencial do Ensino Fundamental é preparar o estudante para o exercício da cidadania. Essa formação não ocorre apenas por meio de aulas específicas sobre direitos e deveres, mas principalmente pela vivência cotidiana de relações respeitadas, democráticas e cooperativas no ambiente escolar. A escola é um espaço de convivência social e, por isso, deve ensinar o aluno a dialogar, escutar, argumentar, respeitar regras coletivas, reconhecer diferenças e resolver conflitos de maneira responsável.

A cidadania, no contexto escolar, envolve a compreensão de que cada pessoa faz parte de uma coletividade. O estudante precisa perceber que suas atitudes produzem efeitos sobre os outros e que a vida em sociedade exige respeito, solidariedade e responsabilidade. Nos anos iniciais, esse aprendizado aparece em situações simples, como esperar a vez de falar, cuidar dos materiais coletivos, respeitar colegas, participar de atividades em grupo e compreender combinados de convivência. Com o avanço da escolaridade, essas experiências se tornam mais complexas, permitindo reflexões sobre justiça, diversidade, direitos humanos, meio ambiente, cultura e participação social.

A formação cidadã também exige que a escola valorize a diversidade. Os estudantes chegam à sala de aula com diferentes histórias, culturas, formas de expressão, condições sociais e ritmos de aprendizagem. Reconhecer essas diferenças não significa reduzir expectativas, mas criar condições para que todos aprendam com dignidade. Desse modo, o Ensino Fundamental deve combater práticas discriminatórias e promover um ambiente inclusivo, no qual cada aluno seja respeitado como sujeito de direitos.



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

**Então não pare por aqui:** a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

**EU QUERO DESCONTO!**